



Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA

**CALMO**

O governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, disse que "não há perturbações no funcionamento" do BPN, que tem a gestão entregue à CGD, assegurando não haver problemas para depositantes e credores.





hoje

Debate quinzenal com o primeiro-ministro, José Sócrates, no Parlamento. As políticas económicas e sociais são dois dos temas eleitos pelos vários partidos.

A comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN ouve Nuno Luz de Almeida, ex-administrador do Banco Português de Negócios.

O CDS/PP reúne em Conselho Nacional. Na agenda do encontro dos centristas estão as eleições para o Parlamento Europeu.

A comissão política do PS vota as listas de candidatos a eurodeputados.

O Presidente da República, Cavaco Silva, recebe o primeiro-ministro, José Sócrates.

amanhã

Uma delegação do PCP, com a presença do secretário-geral, Jerónimo de Sousa, visita os bombeiros voluntários de Cacilhas, Almada.

Comemora-se o Dia do Combatente.

Cerimónia comemorativa do 31.º Aniversário da Brigada Mecanizada. Preside o vice-chefe de Estado-Maior do Exército, tenente-general Mário de Oliveira Cardoso.



Tribunal Constitucional 'aprova' lei das nacionalizações

Acórdão. Juizes do Palácio Rattton rejeitaram pedido da Assembleia Legislativa da Madeira para declarar a inconstitucionalidade do diploma

■ SUSETE FRANCISCO

O Tribunal Constitucional (TC) rejeitou um pedido da Assembleia Legislativa da Madeira para declarar a inconstitucionalidade do regime jurídico das nacionalizações. Uma lei que foi aprovada na Assembleia da República no início de Novembro, como um anexo ao diploma que nacionalizou o Banco Português de Negócios (BPN).

O pedido de inconstitucionalidade da Assembleia Legislativa da Madeira argumentava com o incumprimento do dever de audição aos órgãos do governo regional (que devem ser ouvidos durante o processo legislativo, quando os diplomas tenham especial incidên-

cia nas regiões autónomas). Uma tese que não teve acolhimento por parte dos juizes do Palácio Rattton.

Num acórdão divulgado ontem, o TC sublinha que o "regime jurídico de apropriação pública por via de nacionalização não tocou em interesses regionais (...) ou que justificassem um tratamento específico quanto à sua incidência na Madeira". "O Tribunal concluiu, em suma, pela não violação do invocado dever de audição dos órgãos de governo regional", conclui o documento. A decisão foi tomada em sessão plenária realizada a 2 de Abril, por unanimidade.

O pedido tinha chegado ao TC por via de uma resolução aprovada no início de Dezembro, com os

votos favoráveis do PSD/M, contra do PS, e a abstenção dos restantes partidos com assento parlamentar (CDS, CDU, BE, MPT e PND).

Uma lei polémica

A lei visada pela Assembleia Legislativa da Madeira define em termos gerais as condições em que o Estado pode avançar com actos de apropriação pública de entidades privadas. O diploma provocou polémica na Assembleia da República, sobretudo pelo facto de a lei quadro surgir como anexo à legislação específica que nacionalizou o BPN.

O PS acabou por aprovar sozinho o diploma, "chumbado" por toda a oposição. ■



ID: 24559333

08-04-2009

actual 1

SIRESP. Imune às suspeitas e investigações que o têm marcado, o tão necessário sistema de comunicações para a emergência e segurança já deve ficar concluído este ano. Mas há autarquias que receiam que a utilização do sistema seja demasiado caro. O Governo não revela o preço e há municípios a optar por ficar de fora do SIRESP, o que pode comprometer todo o projecto

SISTEMA DE EMERGÊNCIA CONCLUÍDO NO FINAL DO ANO

■ VALENTINA MARCELINO

Quase dez anos depois de o Governo de António Guterres ter decidido comprar um sistema de comunicações para todas as entidades de emergência e segurança do País, a rede do SIRESP (Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal) vai ficar, finalmente, concluída no final do ano. A garantia foi dada ao DN pelo presidente do Conselho de Administração da empresa SIRESP – Operadora, responsável pela instalação das infra-estruturas do projecto.

Vitor Pedro, professor do Instituto Superior Técnico (IST), foi contratado pelo consórcio que venceu o polémico concurso (ver texto ao lado) e assegura que as suspeitas que têm sido levantadas sobre a adjudicação deste projecto de 486 milhões de euros a um consórcio, em que é maioritária a Sociedade Lusa de Negócios (SLN) quando era di-

ao final do ano totalizarão 550, o que permitirá ter uma cobertura nacional desta rede. A experiência deste perito em sistemas de comunicações do IST permite-lhe ter "absoluta confiança de que o País terá o melhor e mais seguro dos equipamentos".

MAI não define custos

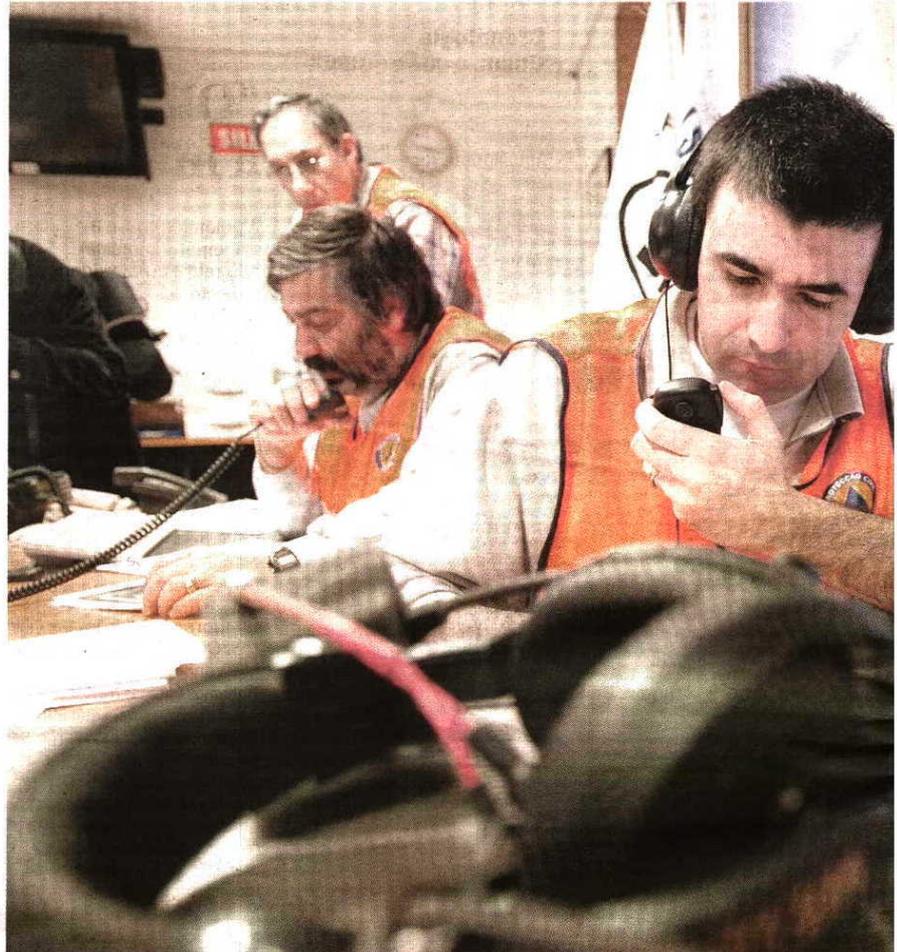
Mas, há uma "nuvem negra" a pairar sobre o optimismo de Vítor Pedro. O Ministério da Administração Interna (MAI), que nomeou uma unidade de missão para gerir comercialmente o SIRESP e garantir a qualidade dos serviços prestados pela operadora, ainda não definiu o preço que cada utilizador vai pagar pelos terminais que estiverem ligados ao sistema.

Segundo informação do gabinete do secretário de Estado adjunto da Administração Interna, José Magalhães, "o pagamento é baseado numa prestação de serviço com custo flat (fixo) por terminal, uniforme para todas as entidades, entregue à Direcção-Geral de Infra-Estruturas e Equipamentos do MAI".

O DN insistiu, nas últimas três semanas, para que o Ministério indicasse qual era este valor. A resposta não chegou. Várias entidades contactadas, como a GNR, a PSP, protecções civis municipais e polícias municipais, também desconhecem este montante. O "segredo", no entanto, pode comprometer a dimensão ambicionada para o SIRESP, que é de ter todas as polícias e agentes de socorro e emergência a falar através do mesmo operador de comunicações. Em todo o território nacional e regiões autónomas.

Várias autarquias, principalmente na Grande Lisboa e Porto, estão convencidas de que o preço que lhes vai ser cobrado para aderirem ao SIRESP é demasiado elevado para o orçamento municipal. Queixam-se da falta de informação e não querem esperar mais. Estão a optar por sistemas de comunicações alternativos, que era precisamente com o que o SIRESP queria acabar.

A procura de opções para fugir



Com o SIRESP, em caso de catástrofe, todos os agentes de protecção civil falam pela mesma rede

Antenas SIRESP no País

Neste momento estão já no terreno 300 torres de comunicações. Lisboa, Santarém, Setúbal, Coimbra, Viseu são alguns dos distritos. Até ao final do ano vão estar construídas 550, inclusive na Madeira. Os Açores ficaram para 2011.



ao sistema do Governo é tal que, uma das empresas associadas do consórcio operador do SIRESP e fornecedora de equipamentos, a Motorola, juntou-se a uma pequena empresa nacional, com um sistema inovador e muito mais barato, que tem estado a vender os seus serviços a nível local.

A Câmara de Cascais, uma das maiores do País, tem a decorrer um

486 milhões

É quanto o Estado vai pagar, até 2015, pelo SIRESP, mas com juros incluídos

concurso público para adquirir um sistema de comunicações para a Protecção Civil, que inclui os bombeiros, e para a Polícia Municipal.

Quem está a assessorar o procedimento são "técnicos da própria Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC)", entidade oficial do MAI. "Não podemos esperar mais", justifica Pedro Lopes Mendonça, o vereador responsável por esta matéria. "Estamos há anos e anos à espera e ninguém nos informa sobre o custo da adesão", acrescenta.

266 milhões

É o custo do investimento do SIRESP, incluindo a manutenção por 15 anos

rigida por Oliveira e Costa (presentemente em prisão preventiva), não atrasaram um único dia o plano que definiu.

"Não temos receios. Passamos ao lado das polémicas", afirma. "Este deve ter sido dos projectos em Portugal que foi mais escrutinado e validado. Teve auditorias técnicas, financeiras, teve um parecer da Procuradoria-Geral da República... o que era para ser corrigido já foi."

Para o presidente do SIRESP essa "exaustiva verificação" dá-lhe "toda a confiança na correção dos procedimentos". Além disso, acrescenta que o "calendário de execução é muito rígido. Se falharmos qualquer prazo, o Estado não nos paga", sublinha.

Nesta altura, segundo este alto responsável, estão já colocadas 300 antenas gigantes (com cerca de 30 metros) em todo o País e até

O que é o Sistema Integrado de Redes de Emergência?

• **Para que serve?** Numa catástrofe, todos os agentes de protecção civil, que incluem, além de bombeiros e pessoal de saúde, polícias e forças armadas, podem falar através da mesma rede de comunicações, facilitando a coordenação.

• **É fiável?** Os estudos técnicos efectuados garantem que sim. A mesma tecnologia, Tetra, digital, é usada em quase toda a Europa. Tem um sistema de encriptação (códigos) que impede acessos não autorizados.

• **Já foi testado?** O facto de a rede ainda não ter as antenas em todo o País impediu a realização de um teste nacional. Porém, no recente simulacro de sismo na área metropolitana de Lisboa permitiu confirmar a eficácia das comunicações.

• **Quem já utiliza?** Formalmente, ninguém. Mas foram distribuídos 5000 terminais pela PSP, GNR e Autoridade de Protecção Civil, que têm sido utilizados em algumas situações, principalmente em Lisboa e Santarém, onde a rede está completa.

Cronologia
Quem, o quê e quando

1999

António Guterres



• Uma decisão do Conselho de Ministros, com Guterres primeiro-ministro, decide que é necessário criar um sistema de comunicações único para emergência e segurança.

2003

Daniel Sanches



• Em período de gestão, com o Governo de Santana Lopes demitido, adjudica ao consórcio, liderado pela SLN, o projecto SIRESP. Sanches tinha sido consultor de algumas empresas deste grupo, para onde, aliás, voltou, ao sair do Governo.

2003

José Oliveira e Costa



O presidente da SLN era, na altura da adjudicação por Daniel Sanches, José Oliveira e Costa. Foi constituído arguido numa investigação sobre esta adjudicação, arquivada em Março passado. Está em prisão preventiva, mas por outras situações.

2005

António Costa



• Suspendeu a adjudicação e renegociou com o consórcio. Ordenou várias auditorias técnicas, financeiras e jurídicas. Pouçou cerca de 50 milhões de euros. A "sua" Câmara de Lisboa é a primeira a aderir ao SIRESP, com desconto por 36 meses.

Entrevista Vítor Pedro

Presidente do SIRESP, professor de Engenharia Electrotécnica

“Oliveira e Costa sempre deu a maior força a este projecto”

A polémica com o BPN e a SLN, principal accionista do SIRESP, não retira credibilidade a este projecto?

Não creio. Poucos projectos terão sido tão escrutinados como este. Foi sujeito a auditorias técnicas, jurídicas, financeiras. A própria Procuradoria-Geral da República emitiu um parecer. O que era para ser corrigido já foi. As polémicas aconteciam, mas o nosso trabalho nunca parou. Sou um professor universitário e quero voltar a sê-lo depois de concluir a minha missão nestas funções. Nunca teria ficado se tivesse a mínima suspeita de que houvesse alguma coisa errada com o projecto.

Qual foi a sua relação com Oliveira e Costa, que presidia à SLN que venceu o concurso?

Tínhamos óptimas relações. Aliás, foi o dr. Oliveira e Costa que me convidou para assumir este cargo. Sempre respeitou a 100% as minhas opiniões. Tinha consciência da importância que o SIRESP tinha para o País e sempre deu a maior força a este projecto. Posso dizer que fiquei surpreendido com a sua detenção e com todas as acusações de que é alvo. Mas a vida é feita de surpresas. Em relação ao SIRESP, sempre nos transmitiu uma enorme confiança, nunca falhou com os compromissos assumidos, em matéria de financiamento, tal como acontece com os restantes accionistas.

Uma das questões que levantou suspeitas no concurso foi o facto de só ter havido um concorrente. Há razão para isso?



Vítor Pedro junto a uma das torres do SIRESP, em Fernão Ferro

É evidente que havia e há muitas outras empresas no mercado. Mas quando, na altura do concurso, soube deste consórcio (SLN, Motorola, Datacomp, PT e Esegur), ainda longe, sequer, de imaginar que um dia seria o presidente do Conselho de Administração, pensei logo que era para

Nunca teria ficado se suspeitasse de que havia alguma coisa errada

ganhar. Juntou os melhores do País neste sistema.

O que mudou principalmente no contrato com o Estado com a renegociação feita pelo ex-ministro António Costa? Simplificaram-se algumas coisas.

Havia necessidade de redução financeira. Por exemplo mais antenas passaram a ficar instaladas em infra-estruturas do Estado. Não pagam renda. Foi estudada exaustivamente uma lista de 20 mil locais do estado para pôr as antenas. Cerca de 50 a 60% estão em locais públicos.

A Inspeção-Geral de Finanças tinha concluído antes que o projecto não apresentava vantagens financeiras para o Estado. Agora já é um bom negócio?

O Estado é que pode responder. Mas comparando com outros projectos europeus está muito próximo. Tenho conhecimento até de projectos de menor dimensão que custam muito mais. O custo do SIRESP é de 266 milhões de euro, de investimento e manutenção. Os 486 finais incluem os juros e a inflação em 15 anos. ■ V.M.

Investigação ao BPN deixa em aberto ‘caso’ SIRESP

DCIAP chamou o caso que tinha sido arquivado por um procurador nomeado por Souto Moura, que não ouviu os principais protagonistas do negócio

Três anos após ter sido aberta a investigação ao SIRESP – adjudicado a consórcio liderado pela Sociedade de Lusa de Negócios (SLN) durante o Governo de gestão de Pedro Santana Lopes – o procurador José Azevedo Maia arquivou os autos, entendendo não haver provas de crimes. Entretanto, o processo BPN levou a que o Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP) chamasse o SIRESP a reabertura está em cima da mesa, tendo em conta documentos apreendidos ao antigo presidente do BPN, que se encontra em prisão preventiva.

Em causa está a adjudicação do contrato para o SIRESP (Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal) a um consórcio dirigido pela SLN, liderada à época por José Oliveira Costa, por 500 milhões de euros. A decisão foi impulsionada por Daniel Sanches, o então ministro da Administração Interna, que, antes de entrar para o governo, foi quadro da SLN.

No inquérito, apesar de existir uma informação da PJ a dar conta de contradições entre um artigo de opinião de Daniel Sanches no jornal Público (no qual o antigo ministro

negava ter ligações ao Grupo SLN, quando o organograma de algumas empresas demonstravam o contrário), aquele nunca foi ouvido, fosse como testemunha ou arguido. Já Oliveira Costa prestou declarações como arguido. Mas venceu que todo o processo foi transparente, jurando a pés juntos não ter tido nenhuma conversa prévia à decisão com Daniel Sanches.

Este justificou ter tomado a decisão durante um governo de gestão com um “parecer verbal” de Mário Gomes Dias, o então auditor jurídico do Ministério da Administração Interna, actualmente vice-procurador-geral da República. Também este nunca foi ouvido na investigação. Após as eleições de 2005, António Costa, na altura ministro da Administração Interna, conseguiu um desconto de 50 milhões ao preço anteriormente estabelecido, 500 milhões. ■

CARLOS RODRIGUES LIMA

O autarca critica a estratégia de gestão do MAI, a qual, no seu entender, “está errada, porque está a realizar o projecto de cima para baixo, começando pelas polícias, a nível nacional, e entidades “sem tropas”, como a ANPC, que depende sempre dos meios a nível municipal. Sem falar com as autarquias, a “rede” de comunicações fica obviamente comprometida”.

Vítor Pedro mostra-se surpreendido com esta situação. “Isso é da competência da Unidade de Missão do Ministério. Prefiro não comentar”, diz notoriamente incomodado. No entanto, faz questão em lançar um aviso: “O SIRESP não é compatível com nenhum outro sistema, o seu nível de segurança não permite a ligação a nenhum outro equipamento de comunicação. Quem não estiver no SIRESP, está feito! Fica de fora.”

Segundo o MAI, neste momento, as entidades que vão aderir formalmente “são a Câmara de Lisboa e a Região Autónoma da Madeira”. A Lisboa, o MAI não escondeu custos. António Costa já sabe quanto vai pagar: 21 mil euros por mês (252 mil/ano), por 350 terminais, sendo que os primeiros 36 meses de utilização vão ser gratuitos. ■